

CAPÍTULO 2

VISTORIA DE CONDIÇÃO EM NAVIOS GRANELEIROS

0201 - DEFINIÇÕES

a) **Granel pesado** - minério ou outro produto similar com peso específico igual ou superior a 1,0 ton/m³.

b) **Idade do navio** - contada a partir da data de entrega (*date of delivery*), que poderá ser encontrada no Suplemento do Certificado Internacional de Prevenção à Poluição por Óleo - IOPP (FORM A - *Record of Construction and Equipment for Ships Other than Oil Tankers* ou FORM B - *Record of Construction and Equipment of Oil Tankers*).

0202 - APLICAÇÃO

Deverá ser realizada vistoria de condição em todo navio graneleiro e navio de transporte combinado *ore-oil* ou *ore-bulk-oil* com idade igual ou superior a 18 anos, que demande porto nacional, independentemente da bandeira ou do porte do navio, para carregamento de granéis sólidos de peso específico maior ou igual a 1,0 t/m³, tais como minério de ferro, bauxita, manganês e fosfato. Não é necessária declaração do peso específico da carga por parte do afretador, armador ou seu representante.

0203 - ISENÇÃO DA VISTORIA DE CONDIÇÃO

Estarão isentos da vistoria de condição navios graneleiros, de qualquer idade, cuja carga total de granel pesado não ultrapasse trinta por cento da tonelage de porte bruto (TPB) ou *deadweight* (dwt) do navio

0204 – REALIZAÇÃO DAS VISTORIAS

As vistorias serão realizadas no período diurno, por [Sociedade Classificadora](#) contratada pelo armador, após a chegada do navio a qualquer porto nacional, devendo ser acompanhadas por representante da DPC, quando determinado.

0205 - PRÉ-REQUISITOS DA VISTORIA

a) **Sociedade Classificadora**

O armador ou seu preposto deverá contratar uma das Sociedades Classificadoras autorizadas a atuar em nome do governo brasileiro, diferente da que mantém o navio em classe, para realizar a vistoria. Os vistoriadores dessas Sociedades Classificadoras deverão ser exclusivos.

b) **Condições do navio**

O navio deverá, antes do início da vistoria, estar fundeado em águas abrigadas ou atracado, totalmente descarregado, desgaseificado e sem lastro, observando-se as medidas de segurança aplicáveis.

c) **Solicitação da Vistoria**

O armador ou seu preposto deverá encaminhar à Capitania/Delegacia/Agência (CP/DL) do porto onde a vistoria deva ser realizada uma Solicitação de Vistoria de Condição (SVC), formalizada em documento preenchido estritamente de acordo com o modelo constante do [ANEXO 2-A](#). A SVC, tendo como anexo a cópia do comprovante de pagamento da indenização prevista no item [0103](#) desta NORMAM, deverá dar entrada na CP/DL, com cópia para a DPC, podendo ser utilizado o meio postal ou telefax. Caso o porto de carregamento não seja o mesmo em que a vistoria será realizada, uma cópia da SVC deverá ser encaminhada também à CP/DL do porto de carregamento.

As vistorias para retirada de exigências da última vistoria de condição realizada serão feitas pela Sociedade Classificadora do navio. O armador, ou seu representante,

deverá encaminhar à DPC, o relatório da Sociedade Classificadora do navio atestando que as deficiências foram sanadas.

d) Documentação

Os Certificados Estatutários previstos nas Convenções Internacionais, das quais o Governo Brasileiro é signatário, os certificados de classe e de registro da embarcação, e os documentos que comprovem a razão social do armador, operador, do proprietário da carga, segurador do casco, seguradora da carga e segurador do navio (*P&I Club*) deverão estar disponíveis a bordo por ocasião da vistoria.

e) Apoio

Os armadores ou seus prepostos deverão providenciar transporte local, contratação de firmas especializadas e todo apoio necessário para realização da vistoria de condição.

0206 - LOCAL DAS VISTORIAS

As vistorias poderão ser realizadas, a pedido do Armador ou do seu preposto, em qualquer porto nacional, mesmo que não seja o de carregamento do navio.

0207 - ESCOPO DA VISTORIA

a) Quanto a Certificados

Deverão ser verificados os Certificados Estatutários previstos nas Convenções Internacionais das quais o governo brasileiro é signatário, bem como os certificados de classe e de registro da embarcação.

b) Quanto a Estrutura Interna

Os vistoriadores deverão realizar inspeção visual das estruturas internas dos porões de carga, tanques de lastro, dos duplo-fundos e tanques elevados de lastro (tanques de asa) e outros tanques, caso existentes. Verificar as espessuras de pontos da estrutura e do chapeamento, aleatoriamente (*spot check*), com base no relatório da última docagem (*survey report*).

c) Quanto a Estanqueidade

Deverá, também, ser realizada inspeção visual e de estanqueidade dos porões/tanques no convés principal, com atenção especial às braçolas, tampas dos porões, seus atracadores e meios de vedação, agulheiros de acesso aos porões ou tanques do duplo-fundo, suas escotilhas, atracadores e meios de vedação.

0208 - LIBERAÇÃO DO NAVIO PARA CARREGAMENTO

O vistoriador da Sociedade Classificadora contratada, após a realização da vistoria, emitirá uma DECLARAÇÃO DE VISTORIA DE CONDIÇÃO (DVC).

O modelo padronizado da DVC consta do [ANEXO 2-B](#). No campo “reparos a serem realizados” deverá ser incluído o reparo das chapas que estejam com excessiva redução de espessura, caso existam, e as recomendações constantes nos certificados estatutários do navio, no que se refere a estrutura e estanqueidade.

O original e uma cópia da DVC deverão ser entregues, logo após o término da Vistoria de Condição, ao Capitão dos Portos ou o Delegado. De acordo com a conclusão contida no item 4 da DVC emitida pelo vistoriador, o Capitão dos Portos ou o Delegado liberará ou não a embarcação para o carregamento, mediante despacho, com carimbo da CP/DL, lançado no campo existente no item 5 da DVC. Esse mesmo despacho deve ser lançado na cópia da DVC, que será entregue ao representante do armador ou afretador para ser apresentado no terminal de carregamento. A via original deverá ser arquivada na CP/DL.

No primeiro dia útil após a vistoria, a CP/DL deverá enviar à DPC cópia da DVC emitida pelos vistoriadores, com o despacho final do Capitão dos Portos ou Delegado.

Caso sejam constatadas, pelo vistoriador da Sociedade Classificadora contratada, avarias ou deficiências que requeiram análise aprofundada ou reparos estruturais de vulto, o navio não será aprovado para carregamento, devendo essa conclusão ser lançada pelo vistoriador no item 4 da DVC. Nesse caso, a CP/DL lançará no item 5 da DVC que o navio está “IMPEDIDO DE CARREGAR”.

O Armador ou seu representante deverá acionar a Sociedade Classificadora do navio, que passará a acompanhar os reparos e/ou dar baixa nas exigências observadas. A liberação do navio ficará condicionada a análise e ratificação, pela DPC, do relatório da Sociedade Classificadora que mantém o navio em classe, atestando que as deficiências observadas foram sanadas.

0209 - RELATÓRIO DA VISTORIA DE CONDIÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Após realização da vistoria, o armador ou seu preposto deverá encaminhar à DPC cópias dos seguintes documentos:

a) Relatório detalhado e conclusivo do resultado da vistoria, emitido pela sociedade classificadora contratada, acompanhado do relatório de medição de espessuras e de registro fotográfico.

b) Certificados Estatutários previstos nas Convenções Internacionais das quais o governo brasileiro é signatário, bem como os certificados de classe e de registro da embarcação.

c) Documentos que comprovem a razão social do armador, operador, segurador do casco e segurador do navio.

0210 – RETIRADA DE DEFICIÊNCIAS

Caso o relatório de vistoria de condição aponte deficiências a serem sanadas, o armador ou seu preposto deverá apresentar à DPC o relatório detalhado da sociedade classificadora do navio atestando que as pendências encontradas por ocasião da vistoria de condição foram sanadas. Tal relatório deverá ser encaminhado à DPC com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data do regresso do navio para operação em porto nacional.

A vistoria do navio para verificar se os reparos foram executados e/ou se as deficiências foram sanadas deverá ser realizada, preferencialmente, pelo representante no Brasil da sociedade classificadora do navio. Caso essa vistoria tenha sido realizada no estrangeiro, há necessidade do representante no Brasil se manifestar sobre os relatórios emitidos pela sociedade classificadora do navio no exterior, emitindo documento que comprove à Diretoria de Portos e Costas que as deficiências encontradas pela sociedade classificadora executora da vistoria de condição foram sanadas. As sociedades classificadoras que não tiverem representação no Brasil poderão indicar uma das sociedades classificadoras reconhecidas pelo Governo Brasileiro para efetuar a vistoria e emitir o relatório.

0211 - VALIDADE DA VISTORIA E CONTROLE DE NAVIOS

Após a análise do relatório de vistoria e da verificação da inexistência de deficiências pendentes, serão atualizados os dados do navio na [planilha dos navios graneleiros](#) disponível na Internet, liberando o navio para carregamento pelo período de 1 (hum) ano, a contar da data de realização da vistoria. Após o vencimento deste período, o navio deverá ser submetido a nova vistoria.

Os navios graneleiros com mais de 18 anos de idade, autorizados a efetuar o carregamento de graneis sólidos de peso específico maior ou igual a 1,0 t/m³ deverão

manter a bordo a DECLARAÇÃO DE VISTORIA DE CONDIÇÃO sempre que estiver efetuando esse tipo de carregamento em portos nacionais.

A DPC manterá permanentemente atualizada listagem com navios vistoriados na Internet.